FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Direito Processual Civil III (4.º Ano TAN) | Exame de Época Normal

11 de junho de 2024 | Duração: 120 minutos

Regência: Professor Doutor Rui Pinto

I

Amélia e Bartolomeu, casados no regime de comunhão geral de bens, celebraram em 11 junho de 2024, um contrato de fornecimento com a **LEGUMES XPTO, Lda.**, com vista a obterem os melhores legumes para venderem no seu minimercado em Vila Real. Nos termos desse contrato, a **LEGUMES XPTO, Lda.** obrigou-se a fornecer-lhes 1.000kg de legumes por mês, ficando acordado que a entrega e o respetivo pagamento deveriam ser feitos no primeiro dia de cada mês, e o pagamento está condicionado à efetiva entrega da mercadoria.

O pagamento do preço dos fornecimentos encontra-se garantido por uma hipoteca sobre o apartamento de Carlos, amigo de longa data do casal, avaliada em €400,000, 00.

Em janeiro de 2025, **Amélia e Bartolomeu** deixam de pagar o preço dos fornecimentos dos legumes. Contudo, e na esperança de que o casal cumprisse com a promessa de que ia pagar (que era o que respondiam sempre que eram interpelados para pagar), a **LEGUMES XPTO, Lda.** mantém os fornecimentos.

Em junho de 2025, farta de esperar, a **LEGUMES XPTO, Lda.** intenta no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real ação executiva para pagamento de quantia certa contra **Bartolomeu**, apresentando como título executivo o contrato de fornecimento celebrado pelo casal em junho de 2024, que foi celebrado por escritura pública. (06/07/2018)

A **LEGUMES XPTO, Lda.** indica à penhora os seguintes bens:

- (i) O apartamento de Carlos;
- (ii) O minimercado em Vila Real onde o casal desenvolvia a atividade;
- (iii) Uma carrinha diariamente utilizada pelo casal e afeta à atividade da mercearia, no valor de €30.000,00, pertencente à Auto Car, S.A. com quem Bartolomeu celebrou contrato um de *leasing* da carrinha.
- (iv) A totalidade do saldo bancário de Amélia existente, com um saldo de €3.000,00, no qual recebe os rendimentos provenientes da atividade da mercearia;

Bartolomeu veio deduzir oposição à execução e à penhora, com os seguintes fundamentos:

- (i) A iliquidez e inexigibilidade da obrigação exequenda decorrente do contrato de fornecimento;
- (ii) A falta de competência do tribunal;
- (iii) A ilegitimidade passiva para a ação;

Reclamam créditos:

- (i) O **Banco Millennials**, que apresenta uma escritura pública de hipoteca constituída sobre a casa da Carlos, datada de 11 de junho de 2020;
- (ii) A **LATÍCINIOS XPTO, Lda.**, que se apresenta à execução com uma sentença que condena **Amélia** e **Bartolomeu** no pagamento de €50.000,00, relativos ao preço de contratos de fornecimento incumpridos.

1. Aprecie a admissibilidade, os efeitos e a procedência da oposição à execução deduzida por Bartolomeu. **(6 valores)**

*Oposição à execução (noção, fundamentos e consequência da procedência)
(artigos 729º, 731º e 732º, do CPC)*

(i) A iliquidez e inexigibilidade:

Fundamento de oposição á execução admissíveis (artigo 729.º al. e) ex vi do artigo 731º do CPC)

Iliquidez

- *Qualidade da obrigação quantitativamente determinada;*
- *Não depende de simples cálculo aritmético;*
- *Incidente de liquidação: incidente da própria execução (artigo 716º/4, do CPC).*

Inexigibilidade

- *Exigibilidade de valores cujo prazo certo já se findou e que, por esse motivo já são exigíveis (artigo 805º/2, do CC);*
- *Entrega demonstrada nos termos do artigo 715º, do CPC.*

(ii) A falta de competência do tribunal;

- *Fundamento de oposição à execução admissível (artigo 729.º al. c) ex vi do artigo 731.º, do CPC)*

- *Tribunal competente:*

Em razão da matéria (jurisdição): tribunais judiciais (artigos 211.º, n.º 1, da CRP e 40.º, n.º e 79.º da LOSJ);

Em razão da hierarquia: artigos 33.º e 42.º da LOSJ;

Em razão do território: artigo 89.º, n.º 1 da LOSJ (título executivo extrajudicial): tribunal do domicílio do executado (supõe-se que é Vila Real);

Em razão da matéria: juízo de execução, nos termos dos artigos 81.º, n.º 2, alínea j) e 129.º, n.º 1, da LOSJ. O juízo de execução do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real e localiza-se em Chaves (Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto [Lei de Organização do Sistema Judiciário], e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais).

(iii) A ilegitimidade passiva para a ação;

- *Fundamento de oposição à execução (artigo 729.º al. c) ex vi do artigo 731.º, do CPC)*

- *Bartolomeu celebrou o contrato em conjunto com Amélia, logo, a dívida é geneticamente comum, pelo que respondem os bens comuns, e na sua falta ou insuficiência, os bens próprios de cada cônjuge (artigos 1691.º, n.º 1, alínea a), 1.ª parte e 1695.º, n.º 1, do CC).*

- *Discussão sobre a aplicação do artigo 34.º, n.º 3, 1.ª parte, do CPC (litisconsórcio necessário passivo) ou dos artigos 741.º e 742.º, do CPC.*

2. Pronuncie-se sobre a penhora em apreço e por referência a cada um dos bens referidos, em concreto sobre a admissibilidade, procedimento e meio de reação. **(7 valores)**

- *Oposição à penhora (noção, fundamento e consequência da procedência) (artigos do 784º e 785º, do CPC)*

- *Circunstância de o apartamento, a carrinha e o saldo pertencerem a terceiro não é fundamento de oposição à penhora (artigo 784º/1, do CPC).*

(i) O apartamento de Carlos;

- Penhora de coisa imóvel realiza-se nos termos do artigo 755º/1, do CPC;
- Artigos 53.º, n.º 1 e 54.º, n.º 2, do CPC. Dívida de Bartolomeu e Amélia provida com garantia real sobre um bem de um terceiro (Carlos). O apartamento de Carlos só poderia ser penhorado se a ação executiva fosse movida contra ele, o que não ocorreu (735º/1 e 2);
- Carlos não é parte na ação executiva, pelo que não pode opor-se à penhora nos termos dos artigos 784º e 785º, do CPC. Poderia embargar de terceiro à luz do artigo 342º/1, do CPC.

(ii) **O minimercado em Vila Real onde o casal desenvolvia a atividade;**

- Penhora de universalidade de facto e de direito, a realizar nos termos do artigo 782.º, do CPC (por meio de auto). A mercearia pode manter-se em funcionamento e Bartolomeu e Amélia podem permanecer seus depositários (artigo 782.º, n.º 2, do CPC), a não ser que o exequente se oponha (caso em que se aplica o artigo 782.º, n.º 3, do CPC)
- Caso o estabelecimento não permaneça a laborar (artigo 782.º, n.º 4, do CPC), os bens perecíveis que integrem a mercearia podem ser objeto de venda antecipada, nos termos do artigo 814.º, do CPC.

(iii) **Uma carrinha diariamente utilizada pelo casal e afeta à atividade da mercearia, no valor de €30.000,00, pertencente à Auto Car, S.A. com quem Bartolomeu celebrou contrato um de leasing da carrinha.**

- Penhora de bem imóvel sujeito a registo, que tem lugar nos termos do artigo 768º, do CPC.
- Discussão sobre se é um bem indispensável à atividade? (artigo 737º/2)

(iv) **A totalidade do saldo bancário de Amélia existente, com um saldo de €3.000,00, no qual recebe os rendimentos provenientes da atividade da mercearia;**

- Penhora de saldo bancário, a realizar nos termos do artigo 780º, do CPC.
- Saldo bancário de Amélia só poderia ser penhorado se a ação executiva fosse movida contra ela, o que não foi (artigos 735º/1 e 2, do CPC).

- Ainda, violação, na quota parte respeitante a Amélia, do artigo 738º nº 5, do CPC.

3. Suponha que a Auto Car S.A., quer pedir o levantamento da penhora da carrinha, com fundamento em ofensa ao seu direito de propriedade. Que meios poderia utilizar? E com que fundamentos? Seriam procedentes? Suspenderiam a instância? **(3 valores)**

- Os meios ao dispor são: a ação de reivindicação (art. 1311º, do CC) e os embargos de terceiro (artigos 342º ss e artigo 1285º, do CC.).

- O fundamento seria a titularidade de direito de propriedade da Auto Car S.A., direito incompatível porque oponível erga omnes, cumulada com a ofensa causada pela penhora

- A ação de reivindicação é uma ação autónoma que não suspende a execução sobre a carrinha, sem prejuízo da salvaguardada corrente do protesto pela reivindicação (cf. artigo 840º nº 1).

- Os embargos de terceiro:

- Pressupõem: (i) ser terceiro à ação; (ii) tem um direito real de gozo incompatível com a penhora; (iii) vê o seu direito de propriedade atingido pela penhora.

- Suspendem a execução sobre a carrinha, caso sejam recebidos (cf. artigo 347º);

- Corre por apenso à execução (artigo 344º/1)

- Os meios só serão procedentes se for alegada e provada a concreta ofensa do direito da Auto Car S.A; caso apenas se tenha penhorado a expectativa de aquisição (cf. art. 778º) e o veículo já esteja na posse de Bartolomeu não haverá, em princípio, ofensa.

- Valorização de resposta que problematize a cumulação dos meios elencados: Auto Car S.A. é livre de escolher entre os meios disponíveis, mas só pode recorrer alternativamente aos embargos de terceiro ou à ação de reivindicação. Poderiam ser usados cumulativamente (simultaneamente ou sucessivamente), se os embargos fossem e

permanecessem fundados na posse (o que não é o caso), sob pena de ser deduzida exceção de litispendência ou de caso julgado.

4. Podem o **Banco Millennials** e a **LATÍCINIOS XPTO, Lda.** reclamar créditos na ação executiva? Em caso afirmativo, como serão graduados os seus créditos? **(4 valores)**

- Pressupostos específicos da reclamação de créditos: (a) existência de uma garantia real sobre os bens penhorados (artigo 788.º/1 do CPC); (b) existência de título exequível (artigo 788.º/2 do CPC); (c) certeza e liquidez da obrigação (art. 788.º/7, 2.ª parte do CPC).

- A obrigação do credor reclamante pode ser inexigível (artigo 865.º/7), caso em que haverá lugar ao desconto, no final, dos juros correspondentes ao período de antecipação (art. 791.º/3).

- O prazo para a reclamação dos créditos é de 15 dias após a citação do credor reclamante, como resulta do artigo 788.º/2.

- O Banco Millennials, sendo titular de hipoteca, pode intervir no processo para reclamar os seus créditos, obter pagamento e fazer valer o seu direito real de garantia sobre o bem penhorado (artigos 788.º/1 e 786.º/1, alínea b), do CPC).

- A LATÍCINIOS XPTO, Lda não tem qualquer direito real de garantia sobre os bens penhorados, mas sim uma sentença condenatória. Logo, não poderia reclamar créditos, tendo de propor uma ação executiva independente (788.º/1.)

- Graduação de créditos: 1) Custas (artigos 743.º e 746.º do CC); 2) Crédito do Banco Millennials (artigo 686.º do CC); Crédito da exequente (artigo 822.º do CC). A pretensão do Banco Millennials, tendo por base uma garantia real constituída anteriormente à penhora (que caduca com a venda executiva nos termos do 824.º, n.º 2, 1ª parte do CC), prevalece sobre a pretensão da exequente.

Boa sorte!

Cotação: **20 valores**